CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 709/25

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

- Constituição Federal;

- Constituição do Estado de São Paulo;

- Lei Orgânica do Município;

- Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

- Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

- Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

- Lei Complementar Estadual nº 791, de 09 de março de 1995, que estabelece o Código de Saúde no Estado;

- Portaria Federal do Ministério da Saúde nº 1864, de 29 de setembro de 2003, que institui o componente pré-hospitalar móvel da Política Nacional de Atenção às Urgências;

Matéria DSP 16731/2025. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER em 23/06/2025 e juntado ao PL 709/2025 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=646739.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

PROCURADORIA

- Portaria Federal do Ministério da Saúde nº 1863, de 29 de setembro de 2003, que institui a Política Nacional de Atenção às Urgências;

- Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

- Lei Municipal nº 12.546, de 07 de janeiro de 1998, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Saúde de São Paulo, e dá outras providências;

- Lei Municipal nº 13.725, de 9 de janeiro de 2004, que institui o Código Sanitário do Município de São Paulo;

- Lei Municipal nº 14.413, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Município, e dá outras providências;

- Lei Municipal nº 15.040, de 27 de novembro de 2009, que disciplina a divulgação do Programa Aprendendo com Saúde, e dá outras providências;

- Lei Municipal nº 16.271, de 17 de setembro de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação de São Paulo;;

- Lei Municipal nº 17.585, de 26/07/2021, que institui a campanha Check-up Geral das Mulheres, para alerta e prevenção de doenças;

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

Matéria DSP 16731/2025. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER em 23/06/2025 e juntado ao PL 709/2025 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=646739.

autuado por cintiacarrer em 23/06/2025 14:40:47.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

PROCURADORIA

São Paulo, 23 de junho de 2025.

Cintia Talarico da Cruz Carrer
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068

Matéria DSP 16731/2025. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER em 23/06/2025 e juntado ao PL 709/2025 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=646739.